

**O PROJETO EDUCACIONAL E CULTURAL DA COMUNIDADE JUDAICA
EM SÃO PAULO: A ESCOLA ISRAELITA BRASILEIRA SCHOLEM
ALEICHEM**

Natália Frizzo de ALMEIDA¹

Resumo: A Escola Israelita Brasileira ScholemAleichem (1949-1981) funcionou no bairro do Bom Retiro e surgiu do esforço coletivo de judeus oriundos da Europa Oriental. A escola constituía um dos ramos do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB) e aglutinou diversos setores da esquerda judaica. O projeto almejava a disseminação dos ideais antifascistas, “progressistas” no cenário social brasileiro. A partir do referencial teórico da história das instituições escolares, o objetivo é analisar os princípios que nortearam essa experiência cultural e educacional, com base nos escritos dos fundadores da escola e dos registros das práticas educacionais disponíveis na instituição.

Palavras-chave: Renovação pedagógica, Educação judaica, Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem.

Abstract: The Scholem Aleichem Brazilian Israelite School (1949-1981) operated in the Bom Retiro neighborhood and emerged from the collective effort of Jews from Eastern Europe. The school was one of the branches of the Brazilian Israeli Cultural Institute (ICIB) and brought together various sectors of the Jewish left. The Project aimed to spread the anti-fascist ideals, “progressive” and in the Brazilian social scene. From the theoretical framework of the history of school institutions, the objective is to analyze the principal esthat guided this cultural and educational experience, based on the writings of the founders of the school and the records of educational practices available in the institution.

Keywords: Brazilian pedagogical renewal, Jewish school, Brazilian-Israeli School Scholem Aleichem.

¹Doutoranda em História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Introdução

A Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem² (EIBSA³) surgiu do esforço coletivo de judeus oriundos da Europa Oriental que imigraram para São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Funcionou no bairro do Bom Retiro entre os anos de 1949 e 1981 e, constituía um dos ramos do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), também conhecido pelo nome de “Casa do Povo”, o qual aglutinou diversos setores da esquerda judaica. Com isso, almejavam a disseminação dos ideais antifascistas e progressistas no cenário social brasileiro e, por terem uma leitura laica da sua tradição, não cultivavam na escola as práticas religiosas. Distinguiam-se, ainda, das demais escolas da comunidade israelita, por defenderem o ensino da língua ídiche, em detrimento do hebraico. A partir disso, buscaram empreender “experimentações educacionais” e inovar em termos metodológicos e nas suas opções curriculares.

No artigo, apresentamos os ramos que constituíam a “Casa do Povo”, para em seguida apresentar as linhas gerais do projeto educacional gestado nesse espaço. As fontes que utilizamos para analisar a história da escola são os estudos publicados em “Um homem no mundo”, por um dos fundadores da escola (SENDACZ, 2005), e os registros das práticas educacionais presentes no livro “Vanguarda Pedagógica: o legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem”, organizado a partir da iniciativa do Grupo Memória Scholem composto por ex-alunos dessa instituição durante a década de 1970 (CHARNI Setall., 2008).

Como aporte metodológico utilizamos a bibliografia sobre a história das instituições educacionais, entre os quais se destacam Magalhães (1999) e Gatti Jr. (2007). A história institucional tem como objeto analisar os diversos dispositivos que constituem a cultura de uma instituição educativa, tais como: a estrutura espacial, o

² O nome da escola refere-se à Solomon Rabinovitch, o cronista dos *shtetls*–vilarejos do leste europeu com grande população judaica -, que elevou a língua à condição de um idioma literário. Retratou a tragédia de seu tempo, especialmente a vida judaica da passagem do século XIX para o início do século XX, a realidade da Rússia czarista e do antisemitismo, dos *pogroms* e das transformações sociais e políticas vividas pelos judeus de todas as cidades do Leste Europeu, que chama metaforicamente de *Kasrilevke*.

³ A Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem (EIBSA), até 1953, ano de fundação da Casa do Povo. No período que abrange os anos de 1949 e 1966 restringia-se ao ensino primário. Após 1967 ampliaram os níveis de ensino oferecidos pela escola criando-se o Ginásio. A partir de então passou a se chamar Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem.

conjunto didático pedagógico, as disciplinas escolares, a cultura material, os rituais que a escola produz no seu cotidiano. Esses dispositivos são problematizados e analisados com o objetivo de inventariar e analisar as práticas específicas gestadas no interior do espaço escolar, que por sua vez se relacionam em diversos graus com o contexto sociocultural, ou seja, analisamos a escola inserida no projeto cultural da comunidade judaica e do contexto sociocultural do período. Afinal, quais foram os princípios que nortearam a fundação de uma escola de imigrantes, no período pós Segunda Guerra Mundial?

A origem da “Casa do Povo”

O Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), mais conhecido como Casa do Povo, foi inaugurado em 1953, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, como fruto de uma homenagem aos seis milhões de judeus que foram vítimas do Holocausto.

A Pedra Fundamental foi colocada em 1946, quando milhares de judeus progressistas⁴, se reuniram sob uma placa em iídiche com nomes de campos de concentração escritos e um número: 6.000.000! Para ‘reviver e progredir’. O prédio foi criado para ser um monumento vivo em que a memória serviria para a construção do futuro. Para tanto, ao invés de construir um memorial, essa vertente da comunidade judaica, que defendia o heroísmo dos que lutaram no Gueto de Varsóvia, criou um centro cultural. Até os dias de hoje, o visitante que entra na Casa do Povo se depara com um prédio nu: nas paredes não está escrito nenhum nome dos que morreram na guerra; não há nenhuma placa de agradecimento aos que apoiaram a construção do prédio (SEROUSSI, 2014, p. 02).

Sendo assim, seus idealizadores não pretendiam que o ICIB representasse um memorial estático para contemplação, mas como um centro de produção, reflexão e fruição de ideias. A arquitetura da Casa do Povo foi pensada para se adaptar a infinitas possibilidades de ocupação, ou seja, os três andares foram desenhados como amplas plantas livres para possibilitar diversas formas de utilização. Cabe ressaltar que a opção de não ter nomes gravados se deve ao fato de que os apoiadores doavam um tijolo simbólico para a criação do prédio, como forma de dar sepultura aos seis milhões de pessoas que não tiveram lápide. Portanto, não homenagear ninguém especificamente,

⁴ O “judaísmo progressista”, no Brasil, identificava os judeus com ideais de esquerda, formada de judeus oriundos da Europa Oriental com um passado de intensa militância.

mas a ausência de nomes significaria colocar em pauta que sua morte poderia representar o desaparecimento não só de milhões de pessoas, como também o fim de uma forma de vivenciar e representar o mundo.

Essa instituição fazia parte de um movimento internacional, o *Iidisch KulturFarband* (União da Cultura Iídiche - IKUF), fundado em 1937, no I Congresso Internacional de Cultura Judaica em Paris, por associações judaicas seculares que pretendiam responder com medidas práticas ao clima fascista de intimidação cultural. Assim, constituiu-se um movimento internacional em prol da cultura iídiche, o qual tinha como objetivo criar um conjunto de instituições nas quais a sua cultura encontrasse condições de desenvolvimento e propagação. Com isso, deveriam ser construídos centros de cultura, escolas e clubes para articular os judeus que se identificavam com as causas progressistas e semear nas novas gerações uma mentalidade universalista, visando à sensibilidade em questões locais e internacionais, à mobilização e à luta pela paz e pela igualdade entre os povos⁵. Visava-se construir um elo entre os judeus associados à causas progressistas a partir de um vasto conjunto de atividades culturais e educacionais que deveriam ensinar os valores da paz, do coletivismo, da tolerância e especialmente da igualdade e liberdade.

Com isso, a Casa do Povo se firmou como um dos epicentros de uma cultura judaica iídichista, socialista nos anos 1950 e 1960. Foi um espaço de grande experimentação artística e de ativismo social, visando à libertação, à conscientização do indivíduo para as causas sociais da injustiça. Nesse sentido, procuravam um caminho aparentemente paradoxal, buscando a assimilação à sociedade brasileira sem abrir mão da preservação de uma cultura progressista judaica originária da Europa Oriental.

O projeto cultural e político da Casa do Povo era composto por uma série de iniciativas da comunidade. Com o fim da construção do prédio, a partir de 1953, passaram a funcionar nas instalações da Casa do Povo: a Escola Israelita Brasileira *Scholem Aleichem*, a Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB), o Clubinho I *Peretz* e a Colônia de Férias *Kinderland*. Em 1960, foi inaugurado o Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB).

⁵ Cabe lembrar que a Casa do Povo vem de uma intensa militância no *Centro de Cultura e Progresso*, que se congregaram em apoio a esse projeto cultural, desde 1934. As atividades eram realizadas dentro de um salão no piso superior de uma loja na Rua José Paulino. Dando continuidade às atividades, reuniam as famílias, promoviam círculos de leitura e círculos dramáticos que visavam o aprimoramento cultural sob o ponto de vista do campo progressista e a integração às sociedades locais. (IOKÓI, 2004).

Dessa maneira, passou a existir o convívio diário de todos os ramos artísticos que ali seriam desenvolvidos. Além disso, essas atividades culturais ajudaram a integração e a sociabilidade entre os moradores do bairro. Nos próximos itens apresentamos resumidamente esses ramos, para depois aprofundar na história da escola e os seus princípios.

Jornal Nossa Voz (1947 – 1964)

O Jornal Nossa (*Unzere Schtime*) foi criado para divulgar os princípios do ICUF. O Jornal era publicado metade em iídiche e metade em português e tinha como principal função divulgar a cultura iídiche progressista, noticiando acontecimentos importantes na política nacional e mundial, nas artes dramáticas e musicais, nas atividades escolares, como também auxiliar na sociabilidade da coletividade judaica progressista no bairro do Bom Retiro. Assim, o jornal deveria ser um elo central de comunicação da comunidade judaica com os debates internacionais. O jornal seguia a linha política do PCB, que na época estava na ilegalidade e era vigiado pelo DOPS.

No contexto da Guerra Fria, especialmente em fins dos anos 1940 e início de 1950, esses judeus comunistas defendiam o posicionamento do bloco socialista, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Alinhados aos posicionamentos soviéticos eram contra o sionismo e defendiam a criação do Estado da Palestina com os mesmos direitos do Estado de Israel. Segundo Sendacz (2005), um dos fundadores da Casa do Povo, a vida da comunidade judaica não deveria ser voltada à Israel. Veremos a seguir que o projeto educacional da escola dialogava com este posicionamento político.

Um mês após o Golpe Civil-militar, em abril de 1964, houve a intervenção no Jornal Nossa Voz, foram destruídos e fechados os espaços de produção e distribuição do jornal. Como lembra Hugueta Sendacz,

Eles entraram na redação que ficava na Ribeiro de Lima e chegaram quebrando tudo destruíram linotipos, empastelaram tudo, foi muito traumatizante. O impacto da perda do Jornal foi muito grande passa o nosso pessoal e para a coletividade em geral e um motivo de satisfação para aqueles que sempre nos combateram. Depois disso muitos associados abandonaram a Casa do Povo por medo de serem perseguidos. Nós sabíamos que a situação era precária para todos, que estavam prendendo e torturando pessoas, mas nunca esperávamos que

chegasse a um ponto com aquele, tão violento. Então é uma situação que não tem como esquecer (NOSSA VOZ, 2014, p.03).

No entanto, as outras atividades da Casa do Povo, com o apoio da Federação Israelita Paulista, presidida na época pelo Sr. Markman, continuaram funcionando. Segundo Iokói (2004), foi impossível reeditar mais tarde o jornal, pois além da falta de recursos, o público leitor em iídiche havia diminuído e houve um afastamento dos ideais defendidos pelo periódico, em especial em relação ao sionismo, ponto de discordância na comunidade. Atualmente, o Jornal tem sido recuperado com o intuito de ser um meio de comunicação do bairro, e em “[...] homenagem aos que foram calados e perseguidos nos anos 1960 e 1970” (NOSSA VOZ, 2014, p.01).

Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB)

Desde a década de 1940 já havia dois grupos de teatro em iídiche e outro em português. Somente na década de 1960, foi fundado no prédio da Casa do Povo o TAIB. O espaço abrigou muitas atividades significativas do teatro judaico. Assim, foram encenadas peças importantes no cenário de resistência cultural ao Regime Militar, semelhante a espaços como o Teatro de Arena e o Teatro Oficina⁶. Segundo Iokói (2004), muitos artistas importantes percorreram as salas do Teatro, como: José Celso Martinez Corrêa, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri. O palco do Teatro TAIB aproximou textos, autores e atores que no Oficina e no Arena imprimiram a crítica social e o protesto como formas de expressão da dramaturgia no rompimento da mordaza imposta pela linha dura do sistema.

A Colônia de férias Kinderland e o Clubinho I.L. Peretz

⁶ O coletivo do Teatro Popular SESI (TPS) fixaria sua sede no TAIB de 1962 até 1977. O palco foi ocupado tanto por grandes nomes do teatro iídiche, como Turkow e Rotbaum, assim com o por grandes dramaturgos e artistas brasileiros, como em 1964 Sérgio Cardoso apresentou “O Resto é silêncio”, de William Shakespeare; em 1965, Augusto Boal e Maria Bethânia em “Arena Conta Bahia”; em 1966, Oduvaldo Viana com “Manhã de Sol”; em 1967, Carlos Enrique Escobar com América. Na década seguinte, destacaram-se as peças de Gianfrancesco Guarniere, “Ponto de Partida” que abordava de forma subliminar no assassinato de Vladimir Herzog em 1976. Em 1977, Renato Borghi remontou a peça “Os Pequenos Burgueses” de M. Gorki (originalmente dirigida por Zé Celso do Teatro Oficina).

A Associação Vita Kamper, conhecida também como Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB), era bastante eclética. Havia mulheres judias de diversas tendências políticas (não somente as progressistas) do Rio de Janeiro e de São Paulo que se aglutinaram em prol das políticas de assistências às vítimas da guerra (BAHIA, 2008).

A colônia de férias *Kinderland* (Terra das Crianças) foi criada em 1949 com o objetivo de orientar educacional e socialmente as crianças para uma coletividade judaica brasileira. A colônia era tida como a continuidade de todo o trabalho educacional dentro de cada um dos ramos educativos da Casa do Povo e era um espaço de sociabilização das crianças do Rio de Janeiro e de São Paulo⁷.

As atividades na Colônia eram organizadas pela AFIB e por monitores (ex-colonistas mais velhos). Durante vinte dias, os colonistas praticavam diversas atividades, como esportes, passeios, além de práticas de leitura e discussões dos mais diversos assuntos. Eles participavam de grupos de discussão, “[...] tanto sobre as obrigações do jovem, como de coisas revolucionárias.” (IOKÓI, 2004, p.385) Os colonistas também tinham diversas responsabilidades com suas coisas e com a arrumação dos quartos. Segundo as organizadoras, as atividades corroboravam com a criação da autonomia das crianças. Para dar continuidade durante o ano a esse trabalho, as organizadoras criaram, em 1949, o Clubinho *I.L. Peretz*, para ser um centro de atividades para crianças de doze a treze anos. Muitos dos alunos que frequentaram a escola no pré-primário e no primário, mudaram para outros ginásios, porém, continuavam frequentando a “Casa do Povo” no Clubinho.

Embora não houvesse um canal direto entre a Escola e a Colônia – o clubinho funcionava na “Casa do Povo”. Acreditamos que mesmo sem essa conexão, muitos dos preceitos defendidos no Clubinho *I.L. Peretz* eram semelhantes aos da escola. Nas atividades, a AFIB convidava pessoas para dar palestras, havia atividades teatrais e lúdicas e discussões políticas sobre os mais diversos assuntos. Por exemplo, havia a discussão de filmes, a encenação dos contos de Scholem Aleichem e outros autores como uma estratégia para popularizar os textos de escritores em ídiche entre os colonistas, como também entre as crianças do bairro.

⁷Após alugarem alguns lugares para a colônia, como nas cidades de Lindoya e Guararema, com atividades que arrecadavam dinheiro junto à comunidade, compraram conjuntamente com a associação carioca (Associação Scholem Aleichem), semelhante a Casa do Povo, a colônia de férias perto do Rio de Janeiro.

O Clubinho tornou-se um lugar de reflexão amplo, aberto, inclusive sobre o processo de divisão do partido, das necessidades de uma ala jovem para treinar novas lideranças, para renovar as estruturas, alterar as formas e as funções do partido. Nasceu assim a base secundarista do PCB, que contava basicamente com filhos de dirigentes. Eles foram orientados para ampliar em muito o seu raio de ação, com vistas a atingir setores populares que perdiam cada vez mais os espaços culturais de crítica e de perspectivas de futuro [...] a base secundarista formulou um programa de ação em defesa de um caminho pacífico e democrático para a revolução brasileira (IOKÓI, 2004, p. 292).

Segundo Iokói, o Clubinho foi a criação da base secundarista do PCB. Pelas entrevistas que fizemos acreditamos que nesse espaço se discutia muita política. Por exemplo, Max Altman (2008) afirma que foi no Clubinho onde começaram seus trabalhos sociais ativamente dentro do setor progressista judaico de São Paulo.

A Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem (1949 – 1980)

Na idealização da “Casa do Povo”, em 1946, houve a formação da Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem (EIBSA). No projeto de construção do prédio, já havia um espaço que se destinava a essa finalidade. Como a construção do prédio durou de 1946 até 1953, esse grupo alugou temporariamente um galpão na Rua Bandeirantes. Começaram com duas turmas: uma no pré-primário e outra da primeira série do ensino básico. Para gerir e manter a Escola, eles criaram a Sociedade Israelita Brasileira de Educação e Cultura “Scholem Aleichem” (SIBECSA). Nas atas de fundação, a SIBECSA é definida como uma entidade filantrópica com finalidades culturais e educacionais. Sem fins lucrativos, tinha como objetivo a gerência da escola e era mantida por doações de membros da comunidade.

Para dar início às atividades da escola, arrecadaram dinheiro com a venda de um automóvel doado. A mudança da escola para a Casa do Povo marcou a inauguração desta instituição. Em 1953, os alunos marcharam da ex-sede da escola, na Rua dos Bandeirantes, para a Rua Três Rios. A princípio, a escola funcionava no primeiro andar e o curso do pré-primário funcionava no terraço, e chegou a ocupar os três andares do ICIB no fim da década de 1960. Cabe destacar que, apesar da escola estar sediada na Casa do Povo, ambos tinham gestões independentes.

Paulatinamente se firmaram como uma escola com uma proposta inovadora em termos pedagógicos, especialmente após a gestão de Elisa Kauffman Abramovich. Cabe abrir um parêntese para falar de Elisa, pois ela foi a primeira vereadora eleita na cidade de São Paulo pelo Partido Social Trabalhista (PST), em 1947⁸. Elisa sempre teve uma forte militância no Bom Retiro e no PCB, em 1958 foi indicada para presidir a Escola do ICIB, onde trabalhou até a sua morte prematura, em 1963⁹. Autodidata, ela é uma das figuras mais lembradas da história do Instituto, assim como da escola, a qual deu as linhas gerais que nortearam as práticas pedagógicas da escola.

Os fundadores da Casa do Povo acreditavam que todos os trabalhos por eles desenvolvidos (o conteúdo, as formas, os métodos) deveriam se integrar com a sua atividade educacional, social e cultural. O ensino do iídiche e a cultura judaica tinham esses elementos peculiares que se tornaram destoantes da comunidade judaica tradicional. A escola tinha, por trás de uma cultura religiosa, um ensino laico que convivia com a alteridade. Por difundirem uma cultura judaica universalista, eles deveriam se integrar com a cultura brasileira.

Como argumenta Bahia (2008), a cultura e a educação foram de fato os alicerces de sua sobrevivência e são constantemente usadas como marcos estratégicos da manutenção e da reinvenção de uma identidade marcada pela diáspora. Para esse grupo de judeus, segundo Iokóí (2004), o caráter da diáspora permitiu a vivência da experiência da cultura de modo libertário. Sendo atemporal, “diaspórica”, essa cultura consegue ser também temporal e local. Recriar o judaísmo na diáspora é reinventar uma ideia de coletividade judaica brasileira.

O livro “Um homem no Mundo” é a reunião dos escritos José Aron Sendacz, com discursos proferidos na Casa do Povo. Sendacz é um dos fundadores da Casa do Povo e dedicou sua vida e sua obra em defesa do socialismo, da cultura judaica e do iídiche. Sua obra é reconhecida como a defesa intransigente do judaísmo laico e busca delinear a consolidação de uma identidade dessa comunidade imigrante e do perfil judaico da Casa do Povo e da Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem. No livro

⁸ Apesar de militar no PCB, nesse período estava na ilegalidade, então todos os comunistas se candidataram pelo PST. No entanto, às vésperas de assumir o cargo, os 15 vereadores eleitos pelo PST foram cassados.

⁹ A morte precoce de Elisa, aos 42 anos, em janeiro de 1963, causou grande comoção da comunidade, tendo seu funeral contado com a presença de mais de 3.000 pessoas.

com os escritos de Sendacz, fica evidente que o discurso se destina à formação dos professores, tentando explicar as razões de uma educação progressista israelita brasileira e as prescrições de como realizá-la, ou seja, destaca as tarefas e os princípios que o professor deve ter para colocar em prática essa educação.

Devido aos limites desse artigo, apresentaremos apenas os principais argumentos que Sendacz utiliza para definir e situar a escola tanto em relação à comunidade judaica, quanto às diferenciações em relação a uma educação tradicional.

Sendacz (2005), em textos da década de 1950, procura delinear o que seria uma educação burguesa. A escola tradicional, para o autor, é uma reprodutora/transmissora de um determinado conjunto de conhecimentos, serve para perpetuar a ideologia burguesa e a reprodução da ordem social. Assim, instrui o aluno para somente “obter um diploma”. O aluno formado pela “educação tradicional” seria um homem irresponsável, individualista, alienado e que busca satisfação através do consumo, não sabendo lidar com problemas cotidianos, pois apreendem um determinado número de informações que vão aumentando gradativamente ao longo dos anos, mas sem fazer sentido. Em consequência disso, sublinha que esse tipo de sociedade tem como objetivo despertar os piores instintos nas crianças.

Em contraposição ao ensino tradicional burguês, Sendacz (2005) propõe que a escola deveria educar e formar o aluno integralmente. Portanto, a escola progressista procura educar e transmitir, além de conhecimento, valores morais para a construção de uma nova sociedade. Nesse sentido, a formação deveria ser baseada no humanismo ativo e cultivar um homem que tenha uma visão coletiva da sociedade. Definido além da naturalização de valores universais, faz com que o aluno se engaje para a construção de uma nova sociedade.

O judaísmo progressista se define pela defesa do ensino de iídiche, pois a maior parte da comunidade ainda falava esse idioma no bairro do Bom Retiro. Ressaltamos essa postura que valorizava a cultura iídichista e demonstrava o forte caráter político que o ICUF possuía em seu contexto original, além do modo como este foi (re)apropriado e (re)significado pelos imigrantes e seus descendentes no contexto brasileiro, desde a fundação da EIBSA. Para Guinsburg (1996), o iídiche é a língua que define a identidade dos judeus, pois é “uma língua errante” ou uma “língua passaporte” (GUINZBURG, 1996). O iídiche, “dialeto judeu-alemão”, predomina entre os

*askhenazim*¹⁰ da região europeia-ocidental e europeia-oriental. Seus partícipes não utilizavam o hebraico no cotidiano por considerá-lo estritamente sagrado. O iídiche era língua popular usada no cotidiano. Sua característica principal é a grafia, pois o iídiche é escrito com caracteres hebraicos, da direita pra esquerda.

Para Sendacz (2005), o ensino da cultura judaica e a história do povo judeu deveria se sobrepôr ao ensino religioso e sionista. No Scholem, por exemplo, não se ensinava propriamente a história do Estado de Israel, pois não deveria ser um elemento central para a existência de uma escola judaica. Nas datas comemorativas da escola, priorizava-se a comemoração das lutas pela liberdade, mais do que as datas religiosas. O Levante do Gueto de Varsóvia (1943) era uma das atividades que congregavam essa leitura histórica da tradição judaica. A rememoração desses heróis que batalharam, mesmo sabendo que era uma guerra perdida, não seria um lembrar com lamentação, mas sim de reafirmação dessa força para a continuação dos trabalhos sociais que essa coletividade realizava no presente. Para Sendacz (2005), na língua estão contidas as particularidades da cultura judaica que deveria ser preservada, entendida independentemente da religião, ou seja, ressalta-se novamente uma leitura laica da tradição judaica. O ensino de iídiche não deveria se resumir somente ao ensino de um idioma, mas da própria cultura iídichista e progressista e salientando os motivos pelos quais necessitaria continuar sendo cultivada

Segundo Iokói (2004), desde o início da EIBSA o iídiche era mais importante do que o hebraico, mesmo nas aulas de história judaica. A autora também afirma que havia o esforço de aliar o ensino de iídiche às produções culturais, como teatro e literatura. Para a direção, as artes eram fundamentais na formação dos alunos, pois o ensino do iídiche e da cultura não era visto como algo estanque dentro do projeto cultural, mas como a integração de diversos ramos de conhecimento.

Investia-se no aspecto cultural da vivência judaica que procurava ressignificar, por exemplo, as festas judaicas, o valor da tradição cultural, assim como a língua iídiche em detrimento do hebraico. Suas justificativas gravitam em torno da leitura que esse grupo de judeus tinha em relação à tradição judaica. Primeiro, por eles acreditarem que

¹⁰ Durante o período medieval os judeus europeus se dividiram em duas categorias principais: os judeus da península Ibérica e da Provença foram designados de *Sefaradim* e os que viviam na Alemanha e nos países da Europa Oriental que falavam iídiche chamavam-se *Askhenazim*, ambas desenvolveram costumes e cerimônias religiosas diferenciadas. (ENCICLOPEDIA JUDAICA, 1967, p. 52).

os judeus não deveriam regressar a Israel, que representa na tradição um país santo e longínquo ao qual deveriam retornar somente após a vinda do Messias. Segundo, por se posicionarem criticamente à forma como se realizou a ocupação do Estado de Israel, na década de 1950, relacionada aos interesses políticos e econômicos da região.

Eis o cenário: Nós crianças, aprendíamos o iídiche e achávamos que essa era a língua dos judeus de vanguarda, e nunca nos contaram que o iídiche era a língua dos judeus dos guetos da exclusão, segredo que falavam entre si para evitar a assimilação e exclusão europeia. Também, aprendíamos a cultura do povo judeu, e não aprendíamos a História e a cultura do Estado de Israel nascente, dos judeus comunistas que viam nos *kibutz* uma nova era de solidariedade e sobrevivência humana e respeitada. Considero essa uma experiência muito interessante, mas que é também muito contraditória e que marcou nossas vidas. Por isso, nos considerávamos vanguarda, pois, na falta de um nome melhor, esse termo nos deu lugar. Porém, como já afirmado anteriormente, éramos um grupo sem lugar. Daí, a ideia de ter de se fechar nesse grupo para poder construir uma escola, para formar as novas gerações por meio da criação de vínculos afetivos singulares e de vínculos culturais numa perspectiva de mudança. [...] O grupo de “judeus não-judeus” quis e construiu um lugar para si, para incluir as novas gerações naquilo que acreditava ser importante do ponto de vista da cultura, dos conceitos, dos valores tradicionais (CHARNIS et al., 2008, p. 71).

Com isso, buscavam ressaltar uma leitura laica da tradição judaica. No ensino da língua iídiche, renovavam em termos educacionais, pois ensinavam especialmente por meio da literatura, do teatro como forma de manutenção da leitura dos autores da diáspora, como Scholem Aleichem, I.L. Peretz, Bialik. A encenação dos contos desses autores, eram uma das estratégias para popularizar esses textos entre os alunos. A ênfase era dada à história do povo judeu, à literatura iídiche e ao domínio do idioma. Como é possível apreender da fala de Marcos Ajzenberg:

Assim, os feriados adquiriam um significado laico: *Pessach* – a libertação dos judeus da escravidão do Egito, e ainda, por extensão, à Inconfidência Mineira; *Purim* – a libertação dos judeus da tirania de Haman, o grão vizir persa, pelas artes da rainha Ester – ligava-se ao Carnaval; *Chanuká* – a revolta dos macabeus contra o Império Macedônico, de Alexandre, o Grande – ligava-se às festas de fim de ano – Natal e Ano Novo. Nota-se que essas três datas assinalam conflitos bíblicos históricos que celebram a liberdade e a autodeterminação do povo judeu (CHARNIS et al., 2008, p. 38).

A celebração das festas judaicas ressaltava o caráter combativo e os valores de liberdade associados a uma leitura histórica da tradição que em nenhum momento se descolava da realidade brasileira. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a escola desempenhou um papel relevante no processo educacional da cidade, não apenas por recuperar de modo crítico os fundamentos do pensamento pedagógico moderno, mas também por introduzir na dinâmica da vida escolar uma preocupação com as artes, especialmente o teatro, o coral e a literatura.

Notamos que, paulatinamente, o ensino de iídiche vai perdendo o sentido no contexto vivido no Brasil, e a sua justificativa limita-se à resistência cultural e política. Com isso, podemos questionar até que ponto o ensino de iídiche era a reafirmação desse diferencial, imposto pela direção da escola para marcar posição dentro da comunidade judaica paulistana. Inferimos que devia haver divergências entre os dirigentes, como Sendacz, cujos textos sempre visam à formação de professores, ao convencimento da comunidade sobre a importância da língua e a estabelecer diretrizes do que seria uma educação judaico-progressista. Ademais, a própria necessidade de reafirmar continuamente esses princípios indica que a comunidade escolar devia questioná-la com certa frequência.

Em 1973, houve uma exigência dos pais de que não se ensinasse mais iídiche, por isso se realizou um plebiscito e confirmou-se que a maioria dos pais optava pelo ensino do hebraico. Assim, apesar de as origens do ICUF e da disseminação da cultura iídichista estarem presentes na gênese do ICIB e da escola, isso não foi suficiente para defender a continuidade do ensino da língua. A opção da direção em seguir o desejo dos pais parece estar fundamentada no receio de perder alunos, já que nesse período notava-se uma diminuição no número de matrículas.

As ligações com partidos de esquerda aparecem em alguns indícios, como: há entrevistas em que Fanny Abramovich diz que os diretores da escola eram militantes do PCB, e que Elisa Kauffman, Frima Grispum e Odenis Modulo haviam sido “girados” pelo partido para presidir a escola. Frima, por exemplo, era médica e foi convocada para ser diretora do Scholem.

Na realidade, eu fazia parte da diretoria executiva, devida a toda a história de minha vida, do meu irmão Iacha, que era comunista, filho de comunista e participante do partido e eu vim parar aqui também por isso. Quando Elisa morreu, me convidaram, não sei qual razão e eu fui escolhida pela diretoria executiva para substituí-la. Naquela época, não havia nenhum quadro formado e eu não tinha disponibilidade para

ser diretora. Eu só tinha meio período e assim mesmo fui convidada pela diretoria executiva para exercer essa função apenas durante meio período (GRISPUM, 2000, p. 05).

Cabe ressaltar, que nem todos os alunos da escola eram judeus, como tentativa de evitar o isolamento e também, reafirmar a premissa de um ensino laico. Para extrapolar o círculo judaico, havia uma diversidade de origens considerável entre os alunos para garantir uma diversidade cultural da escola. Na entrevista com Sara Cunha Lima para o projeto Memória ICIB, conseguimos entender melhor esse tema

Tem fatos engraçados... Quando a Fanny (Abramovich) falou dos alunos não judeus, lembrei de quando recebíamos alguns alunos que vinham parar aqui e não entendiam muito o que estava acontecendo. Uma vez, quando vinham para um *Seder de Pessach*, o pai de uma aluna perguntou “Onde vai ser a missa?” (LIMA, 2013, p.07).

Apesar do desconhecimento das tradições judaicas por parte de alguns alunos havia a tentativa de incorporar o diferente na escola. Além disso, por exemplo, muitos filhos de militantes comunistas tiveram acolhida no Scholem, utilizando nomes falsos. Semelhante aos Ginásios Vocacionais. A filha de Jacob Gorender (Ethel Gorender) estudou com nome falso no Scholem e teve a acolhida, segundo ele, dos companheiros Max Altman e Odenis Módulo. Podemos verificar tal fato na fala de Fanny Abramovich:

Eu estava em algum lugar e apareceu um senhor que disse “Eu sou não sei quem e fui o último secretário do Partido Comunista”. “Eu não o conheço, mas o senhor deve ter conhecido a mamãe”. “Claro, claro, meus filhos foram da escola”. E eu perguntei o nome deles e ele “Não sei, sua mãe inventou um nome de guerra para eles” (risos). Eu me lembro, havia um menino Lenine Benedito da Silva (risos), esse eu nunca esqueci (ABRAMOVICH, 2000, p.03).

Em muitos dos relatos, a ligação com os partidos de esquerda aparece como algo que não aparecia no cotidiano escolar. Além disso, havia muitos alunos e professores que não eram comunistas, mas que matriculavam seus filhos pela qualidade de ensino da escola.

Em 1981, a escola encerrou suas atividades por problemas administrativos e as razões para a falência da escola se dão por diversos motivos. Ao contrário das outras escolas judaicas, o Scholem jamais teve apoio da Federação Israelita Brasileira, por ser associada como uma escola de “comunas”. Boa parte das finanças era retirada das

doações da comunidade, assim como, certos professores deixavam de cobrar alguns encargos da escola.

Considerações Finais

A Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem não pode ser entendida como apartada da trajetória da Casa do Povo. Havia um projeto político, cultural e educacional tecido por essa comunidade e que se materializou na escola. O trajeto do Scholem mostra uma parte significativa da trajetória da militância judaica de esquerda em São Paulo. A proximidade em relação ao comunismo e a postura crítica ao sionismo, ao mesmo tempo em que lhes confere uma identidade institucional “progressista”, fizeram com que perdessem o apoio da base da comunidade que se aproximava cada vez mais de uma visão sionista. Por conseguinte, a Casa do Povo, que manteve sua postura crítica em relação a essa questão, nunca obteve apoio das instituições judaicas o que explica, de certa forma, a falência da escola. O fim do colégio está marcado também pelo esvaziamento ideológico das gerações dos filhos dos imigrantes, pois houve uma hegemonização da posição em relação a favor do sionismo nos anos 1970-1980.

A memória em relação a escola permanece, e aqui cabe ressaltar a sua importância no cenário educacional paulista. Destacou-se como uma escola renovada de bastante prestígio, pois

No início dos anos 1950, pronto o complexo cultural no coração da cidade, reunindo mais de seis mil famílias associadas e pagantes de anuidades, os debates cresceram e atraíram para o lugar um grande público das mais diversas regiões. [...] Os debates entre os educadores críticos promoveram uma consciência pedagógica revolucionária, reunindo as experiências de colégios renovados, de aplicação e do Scholem. (IOKOI, 2004, p. 383).

Em contraponto à escola tradicional ligada ao verbalismo e à rotina, com regras rígidas e com aulas meramente expositivas colaborando para que as crianças fiquem apartadas das demandas do mundo moderno. O ensino renovado foi um conjunto de novas teorias e práticas pedagógicas, que permitiam a experimentação e davam espaço à criatividade.

Os judeus progressistas procuravam “[...] preparar o mundo novo do pós-guerra, onde o tema da liberdade tomara conta de todas as dimensões da vida dos jovens.” (IOKÓI, 2004, p.320). A conformação da prática educativa, proposta no Scholem, tinha a liberdade como mote principal e a concedia aos alunos tanto na criação artística, como também no conjunto da sua formação educacional, o que abria, portanto, o espaço para as experimentações educacionais. Apesar dos percalços, o projeto político e cultural criado por esse grupo de imigrantes judeus saídos das condições de opressão, de perseguição religiosa e de recrutamento forçado, fez com que criassem no “exílio” um elo entre a utopia libertária e o messianismo judaico.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny;GRISPUM, Frima; LIMA, Sara Cunha; KURCBARD, Helena; ORTEGA, Ilina; WOLLAK, Marta.Entrevista com professoras do primário para o *Projeto Memória ICIB* no dia 18.nov.2000. Entrevista disponível no Arquivo do ICIB, no Fundo Ginásio Israelita ScholemAleichem.

BAHIA, Joana D’Arc do Valle. De como os *Ethnic Brokers* fabricam seus demarcadores históricos e identitários. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História...* São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Joana%20Bahia.pdf> Acesso em: 18.maio.2014.

BAHIA, Joana D’Arc do Valle; LOURENÇO NETO, Sydenham. Cultura e política: suas conexões na construção da identidade entre os judeus progressistas. In: Encontro Regional Sudeste de História Oral, 7., 2007, Rio de Janeiro. *Anais do VII Encontro regional sudeste de história oral...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral/Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

BAHIA, Joana D’Arc do Valle.A dimensão política do refúgio: Uma análise dos ativistas políticos da Casa do Povo (1940-1960). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Anais eletrônicos*. Porto Seguro: ABA, 2008.Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/joana%20bahia.pdf. Acesso em: 29 out. 2013

BAHIA, Joana D’Arc do Valle.O “espírito do comentário” – a ideia de educação e de cultura como demarcadores étnicos.*Educação (UFES)*, Santa Maria, v. 34, n. 1. p. 129-146, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://cascavel.ufes.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/1593/889>. Acesso em: 18 out. 2013

BAHIA, Joana D'Arc do Valle. A Construção de uma Idischkeit Imaginária no Brasil. In: Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277897506_ARQUIVO_Memoria_sdegenero.pdf. Acesso em: 14 set. 2012.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *O ensino secundário nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHARNIS, Cristina Catalina et all. *Vanguarda Pedagógica: o legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*. São Paulo: Lettera.doc, 2008.

CHIOZZINI, D. F. *História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos ginásios Vocacionais (1961-1969)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. Uma história de 60 anos que inspira novos projetos, *Caderno especial Casa do Povo 60 anos*, nov./dez. 2014.

FALBEL, Nachman. *Estrelas Errantes: Memória do Teatro Iídiche no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

FELDMAN, Sergio Alberto. Os judeus vermelhos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1. p. 137-146, 2001. Disponível em: http://revistas2.uepg.br/ojs_new/index.php/rhr/article/view/2121 Acesso em 6 nov. 2014.

FELDMAN, Sarah. Bom Retiro Mutante. *Caderno especial Casa do Povo 60 anos*, nov./dez. 2014.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. *Senhoras “progressistas” e uma terra de crianças. A história da criação da Associação Feminina Israelita Brasileira (1947) e da colônia de férias Kinderland (1952)*. Rio de Janeiro: Do autor, 2007.

GRISPUM, Frima. Entrevista realizada por Tania Furman e Helena Kurcbard no *Projeto Memória-ICIB* em outubro de 2000. Entrevista disponível no Arquivo do ICIB, no Fundo Ginásio Israelita Scholem Aleichem.

GUINSBURG, Jacó. *Aventuras de uma língua errante*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil 1930/1975*. São Paulo: Humanitas, 2004.

LIMA, Sara Cunha. Entrevista cedida à pesquisadora Natália Frizzo de Almeida em Cotia no dia 20 de novembro de 2013. Entrevista disponível no Arquivo do ICIB, no Fundo Ginásio Israelita Scholem Aleichem.

KINOSHITA, Dina Lida. O ICUF como uma rede de intelectuais, *Revista Universum*, Talca (Chile), n. 15, p.377-398, 2000. Disponível em: <http://universum.otalca.cl/contenido/index-00/lida.pdf>. Acesso em: 03.out. 2012.

NUNES, Clarice. O “bom” e “velho” ensino secundário: Momentos decisivos, *Revista Brasileira de Educação*. n.14, mai-ago., 2000. Páginas do artigo. Impresso ou digital?

PEREIRA, Irene. *Lembranças, esquecimentos e documentos: Ginásio Israelita Brasileiro ChaimNachmanBialik e o enraizamento de um grupo judeu na cidade de São Paulo (1943-1955)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SENDACZ, José Aron. A. *Um homem no mundo*. São Paulo: Autor, 2005.

SEROUSSI, Benjamin. A Casa do Povo: valores progressistas em contexto adverso, *Cadernos CONIB. Publicação da Confederação Israelita do Brasil*, n. 2, jan. 2014. P. 77- 82. Disponível em: <https://conib.files.wordpress.com/2014/04/cadernos-conib-nc2ba2.pdf>. Acesso: 31/08/2019.

STAROBINAS, Lilian. Scholem Aleichem: uma Vanguarda Pedagógica, *Revista 18*, São Paulo, p. 60 - 63, 15 set. 2006.

VISAKOVSKY, Nerina. *Argentinos, judíos e camaradas: trasla utopia socialista*. Buenos Aires: Biblos, 2015.

SALVADORI, Fausto. “Ela não teve medo da vida. A primeira vereadora de São Paulo, Elisa Abramovich foi revolucionária na política e educação de crianças”. *Revista da Câmara Municipal de São Paulo – Apartes*; v.6; mar/abril/2014. p. 18 – 23. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-6-marco-abril2014/ela-nao-teve-medo-da-vida/> Acesso em 6 nov. 2014.